

APRESENTAÇÃO

Políticas Públicas e Reformas Políticas na América Latina: sujeitos, tensões e articulações

Public Policies and Political Reforms in Latin America: subjects, tensions and articulations

Ao longo do século xx, a América Latina vivenciou um processo de refunção social do Estado atravessado por momentos políticos chaves, os quais determinaram a natureza da dimensão pública e as bases constitutivas para a consolidação da democracia. Por um lado, temos os contextos de países que passaram por processos revolucionários, a propósito do México e da Revolução Mexicana de 1910, que assentaram as bases jurídicas para direitos fundamentais, como o direito à educação e à reforma agrária; de outro, aqueles países que sofreram golpes de Estado e a instauração de ditaduras militares, como é o caso dos países do Cone Sul, marcadas fundamentalmente pelo autoritarismo de Estado e por uma profunda repressão popular.

Não obstante, na transição de séculos vemos emergir um processo de abertura política e a entrada em cena de diferentes atores que reivindicam a dimensão pública do Estado e um diálogo efetivo com a sociedade civil organizada. A década de 90 foi exemplar no avanço da participação política da sociedade civil e, muito embora também tenha sido um período de implantação da agenda neoliberal na região, há que destacar o surgimento de lutas sociais emblemáticas na disputa hegemônica do Estado, a propósito do Levantamento

Armado Zapatista em 1994, do surgimento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), uma década antes, além do fortalecimento da luta indígena em países como Bolívia e Equador.

A efervescência política da região propiciou a ascensão de governos progressistas no século XXI e a construção de uma agenda política que permitisse a ampliação dos direitos, sobretudo no campo das políticas públicas. Portanto, se abre um cenário político propício para que diferentes atores passem a disputar o conteúdo das políticas públicas, com o intuito de intervir, diretamente, na natureza dos dispositivos legais que norteiam as diretrizes de ditas políticas. Exemplar desse processo é a instauração do Estado Plurinacional na Bolívia e a Constituição Bolivariana na Venezuela.

E embora os umbrais do século XXI revelem um período de ampliação da dimensão pública do Estado, observamos a partir de 2013 um influxo desse processo, sobretudo com o retorno, ou mesmo fortalecimento, das forças políticas da direita nas posições de governo, como é o caso do Brasil e da Argentina. Uma consequência imediata é a urgência em consolidar a agenda neoliberal, em certa medida interrompida durante os governos progressistas, com um pacote de reformas políticas que gradativamente são aprovadas nos Congressos Nacionais.

Com base no exposto, o *Dossiê Políticas Públicas e Reformas Políticas na América Latina* visa apresentar o movimento dialético desse debate no contexto da região, com destaque para a Reforma Educativa que inaugura o conjunto de reformas políticas almejadas. Nesse sentido, o Dossiê reúne um conjunto de (07) sete artigos, os quais apresentam resultados de pesquisas realizadas em (03) três países do continente, quais sejam, México, Chile e Brasil, e que evidenciam a natureza das reformas políticas em curso, os sujeitos implicados, as tensões e as articulações.

De igual maneira, o Dossiê apresenta casos em que se disputa a Política Pública na perspectiva do conjunto de organizações da sociedade civil, a exemplo dos sindicatos e movimentos sociais. Nessa direção, o intuito é apresentar experiências que estabelecem um contraponto no contexto das Reformas Políticas, ao consolidar Políticas Públicas para atender demandas específicas dos diferentes segmentos da sociedade civil.

O primeiro artigo intitulado “Políticas y Reformas Educativas en México. Tensiones y articulaciones”, de autoria de Marcela Gómez Sollano, coordenadora do Programa Alternativas Pedagógicas y Prospectiva Educativa en América Latina (APPEAL-UNAM) abre o Dossiê com uma apresentação dos referentes ordenadores de ordem conceitual e de delimitação analítica que nos permitem situar as Reformas Políticas no cenário latino-americano. A reflexão desenvolvida no artigo é resultado do Projeto de Pesquisa “*Políticas y reformas educativas en la historia reciente de México y en el contexto latinoamericano: tensiones, formas de articulación y alternativas pedagógicas*”, investigação co-coordenada pela Red de Proyectos del Programa APPEAL¹ e que foi desenvolvida entre 2014-2016 em (05) cinco países da região, a saber, Colômbia, Brasil, Chile, Argentina e México, este sendo o caso apresentado em seu escrito.

A autora situa o contexto da Reforma Educativa realizada no México, a partir de 2013, um dos primeiros países a impulsionar as reformas políticas na história recente da região. Para tanto, Marcela Gómez destaca as tensões e as articulações existentes com relação a dois eixos centrais do conteúdo da reforma educativa: Avaliação e qualidade educativa como equidade versus Avaliação e dispositivo institucional. A pesquisadora enfatiza o posicionamento de um conjunto de atores no âmbito da disputa hegemônica da reforma: por um lado, os docentes do Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE) e da Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), esta principal instância de representação docente no México e que tem articulado uma expressiva resistência à reforma educativa ao longo do país. Por outro lado, a Secretaria de Educación Pública (SEP) e o Instituto Nacional de Evaluación Educativa (INEE), instâncias institucionais responsáveis pela implementação da reforma educativa.

Ao enfatizar as tensões e as articulações no âmbito da Reforma Educativa, a autora destaca uma particularidade do contexto mexicano, relacionada às

1. A Red de Proyectos del Programa APPEAL está conformada pelas seguintes universidades: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Universidad Distrital Francisco José de Caldas (Colômbia), Universidad de Buenos Aires (UBA), Pontificia Universidad Católica de Chile e Universidade Estadual do Ceará.

políticas educativas e reformas em matéria da educação indígena. Nessa direção, embora as reformas constitucionais realizadas ao longo da história do México tenham reivindicado o caráter pluricultural e pluriétnico da nação, no âmbito educativo predominou a tendência homogeneizadora da formação para os povos indígenas. Conclui destacando que pese o discurso articulador da Reforma Educativa, o sistema educativo continua a reproduzir desigualdades significativas no processo formativo das populações indígenas no México.

Dando continuidade a esta reflexão, temos o segundo artigo intitulado “*La carrera docente en el marco de la Reforma Educativa en Chile*”, de Cecilia Millán La Rivera. A pesquisadora adentra nas especificidades históricas do caso chileno por meio da análise das tensões geradas pela *Ley Plan Nacional Docente*, segundo projeto apresentado no marco da reforma educativa, e que se encontra em discussão no parlamento no atual governo de Michelle Bachelet (2014-2018).

Nessa direção, Cecilia Millán apresenta os eixos que estruturam o projeto de Reforma Educativa no Chile, ao mesmo tempo em que expõe as tensões e questionamentos que emergem de dois setores de representação docente – o Colegio de Profesores e o Colectivo, Para una Nueva Educación ¡A Dignificar la Carrera Docente! – os quais têm se posicionado criticamente à Reforma Educativa. O artigo detalha o percurso histórico da política educativa chilena, desde o período ditatorial de Pinochet, e as interfaces com a privatização da Educação Superior no Chile, propiciando ao leitor identificar rupturas e continuidades da reforma educativa para o caso chileno.

O terceiro artigo, “O público e o privado na educação brasileira: um estudo de parcerias realizadas na Bahia”, de autoria de Arlete Ramos dos Santos, Emília Peixoto Vieira e Ivanei de Carvalho dos Santos, apresenta resultados preliminares de dois projetos de pesquisa: “As políticas públicas educacionais do PAR em municípios da Bahia” e “Gestão escolar e o trabalho docente na Educação Infantil no Sul da Bahia: desafios e perspectivas”.

Conforme os dados apresentados no artigo, identificam as relações entre o público e o privado na implementação das políticas públicas no Brasil e a paulatina inserção de grupos empresariais no cenário educacional no âmbito nacional e nas regiões do Sul, Extremo Sul e Baixo Sul da Bahia. Um dos principais argumentos do artigo é a afirmação de que as reformas educacionais

continuam a traduzir as demandas postas pela lógica do capital, em resposta às exigências emanadas dos organismos internacionais.

Outrossim, destacam que os municípios com menor IDH são os mais suscetíveis à estratégia de instauração da lógica da “administração gerencial” no campo educativo. Para as autoras, não se trata de um deslocamento do público ao privado, mas de sistemas educativos públicos / estatais que se tornam regulados pela iniciativa privada.

O quarto artigo, intitulado “Ensino Médio brasileiro no contexto do golpe de Estado de 2016”, dos autores Frederico Jorge Ferreira Costa, Karla Raphaella Costa Pereira, Alinson Slider do Nascimento de Paulo e Maria Aires de Lima, aborda o caso mais recente das reformas políticas corrente no Brasil.

Os autores problematizam a categoria “reforma”, ao destacar que se trata de uma categoria em disputa, uma vez que representa, para os movimentos populares, uma conquista no processo de apreensão da luta por direitos pela classe trabalhadora. Nessa direção, situam como o neoliberalismo tem, ao longo da história, se apropriado da palavra, transformando seu conteúdo político e tornando-a contrária aos interesses das classes populares. Para demonstrar o argumento central do artigo, os autores apresentam a trajetória das reformas que alteraram o Ensino Médio na história da educação brasileira, da Constituição de 1824 à Medida Provisória 746/2016.

De autoria de Erica González Apodaca, o quinto artigo intitulado “*El campo político de la Educación Superior Intercultural en México*” retoma uma perspectiva ampla da política não circunscrita a uma prática exclusiva do Estado, mas situada no exercício do poder, que põe em movimento dialético diferentes autores na disputa das políticas públicas. A autora centra sua análise nas políticas de educação superior intercultural, a partir de um enfoque no campo de tensões com o Estado, em três eixos principais: as universidades interculturais do governo, as Instituições de Educação Superior independentes e suas tensões e relações.

Erica González demonstra as contradições existentes no processo de refundação social do Estado no marco das políticas de reconhecimento do caráter multiétnico e intercultural. A autora ressalta que a retórica e o acesso às políticas de reconhecimento intercultural não tem significado uma

transformação das estruturas desiguais da distribuição de recursos educativos, ou mesmo na consolidação de políticas públicas coerentes com a demanda originada na base social.

O sexto artigo, “Movimentos sociais e políticas públicas no contexto das reformas em curso no Brasil”, de autoria de Lia Pinheiro Barbosa, abre um interessante debate acerca da disputa hegemônica da dimensão pública do Estado e da exigência, por parte dos movimentos sociais, de reformas políticas erigidas pela base popular com a finalidade de atender direitos reivindicados historicamente. Para tanto, a autora apresenta o processo de constituição da Educação do Campo, conceito teórico-epistêmico e político construído pelos movimentos sociais do campo membros da Via Campesina Brasil, em particular o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e que permitiu, de forma inédita no Brasil, a conquista de um marco legal para a Educação do Campo.

Nesse sentido, a autora destaca que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Política Nacional de Educação do Campo, conquistas desse processo histórico da luta pelo direito à educação para os povos do campo no Brasil, expressam uma contra reforma, no sentido da ruptura com a vertente neoliberal que caracteriza ao conjunto das reformas políticas em curso na América Latina. Entretanto, Lia Pinheiro assevera que, no atual contexto de reformas políticas correntes no país, os movimentos sociais se deparam com o risco eminente de um retrocesso político que propicie o paulatino esvaziamento da dimensão pública do Estado na continuidade da Política Nacional de Educação do Campo. Nessa direção, a autora apresenta as reformas políticas consolidadas no marco do governo golpista de Michel Temer e suas implicações para a Educação do Campo no Brasil.

O último artigo do Dossiê, intitulado “*Diversidad y conflicto entre jóvenes universitarios ante la política educativa de la interculturalidad en México*”, de autoria de Tania Cruz Salazar e Alfonso Ortiz Morena apresenta um estudo etnográfico fundamental que nos permite identificar, claramente, os limites e as contradições ainda presentes na implantação de uma política educativa que prima por atender, de forma alterna, o acesso à educação superior para jovens indígenas.

A etnografia é realizada na Universidad Intercultural de Chiapas (UNICH),

universidade pública que atende uma demanda educativa de distintas etnias e nacionalidades. Os autores apresentam a experiência de um grupo de jovens indígenas que vivenciam e criticam a formação escolar de nível superior preconizada pelo Modelo Educativo para as Universidades Interculturais. Em sua análise enfatizam que a interculturalidade, no contexto universitário, se manifesta como uma zona de contato e de fronteiras culturais, nos quais a diversidade, o diálogo e o conflito cultural são os que atribuem sentido às relações de convivência.

Os autores destacam que no contexto das Universidades Interculturais emerge um sujeito étnico político – a juventude indígena – com plena consciência de sua desigualdade cultural e histórica, reflexo de sua condição subalterna e de um racismo intercultural que persiste no âmbito das instituições universitárias.

O conjunto de artigos que compõem o presente Dossiê propiciará aos leitores pôr em relevo o contexto das Reformas Políticas em curso na América Latina, ao mesmo tempo em que identificarão as contraposições articuladas pela sociedade civil latino-americana, no processo de disputa da dimensão pública do Estado, sobretudo no campo das Políticas Públicas.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Lia Pinheiro Barbosa
& **Marcela Gómez Sollano**
Organizadoras